# Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2016/CTCOB/CNRH/MMA

|  |  |
| --- | --- |
| **Assunto:** | Proposta de Resolução que “*Altera o percentual de repasse referente à cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu*”. |

1. **Histórico**
   1. O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, por meio da Carta 069/2015/SEC-CEIVAP, solicitou ao CNRH a prorrogação do critério referente aos mecanismos e valores de cobrança das águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu até o final de 2017. Assim, solicitaram a prorrogação do prazo previsto na Resolução CNRH 162/2014 por dois anos.
   2. Na análise da 92º reunião da CTCOB, deliberou-se que a Secretaria Executiva do CNRH encaminhasse ofício ao CEIVAP, o que ocorreu por meio do Ofício nº 17/2016/CNRH/SRHU/MMA, para que seu plenário deliberasse sobre os mecanismos e valores transitórios e informasse o prazo para deliberar sobre a revisão dos mecanismos e valores, contidos no Art. 7º e seu parágrafo único, do Anexo I da Deliberação CEIVAP 218/2014, aprovados pela Deliberação CNRH no 162/2014.
   3. A Secretaria Executiva do CNRH recebeu, no dia 24 de maio de 2016, a Carta nº 031/2016/SEC-CEIVAP, encaminhando a Deliberação CEIVAP n º 233, de 09 de maio de 2016, que “*Altera dispositivos referentes à cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu*”, e solicita que sejam tomadas as devidas providências.
   4. Estavam presentes na 93º reunião da CTCOB, ocorrida nos dias 05 e 06 de julho de 2016, representantes das diretorias do Comitê Guandu - RJ e CEIVAP.
   5. Estavam igualmente presentes, membros da Comissão Especial Permanente de Articulação CEIVAP e Comitê Guandu, responsáveis pelo processo de negociação de reavaliação dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso das águas transpostas para a Bacia do rio Guandu, instituído conforme Deliberação CEIVAP 52/2005, alterada pelas deliberações CEIVAP n. 196/12, 201/12 e 203/13.

# Análise

* 1. O pleito foi analisado pela CTCOB, nos termos da Lei 9.433/97 e Lei 9.984/2000, art. 4º, inciso VI e da Resolução CNRH nº 48, de 2005, art. 6º, inciso IV.
  2. Foi questionada por alguns dos membros da CTCOB, a ausência de nota técnica da Agência Nacional de Águas – ANA para subsidiar as discussões, por entender que se tratava de proposta de cobrança.
  3. Parte dos membros da Câmara, após ouvir os representantes das diretorias de ambos os comitês, entenderam que a situação apresentada era peculiar, tendo em vista que não se trata de revisão de mecanismos e valores incidentes sobre usuários de água bruta e sim, um pacto negociado entre os dois comitês quanto ao percentual de repasse da cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu. O referido pacto está embasado pelas Leis 4247/2003 e 5234/2008 do Estado do Rio de Janeiro.
  4. Após debate e não havendo consenso, o Presidente colocou em votação duas propostas de encaminhamento:
     1. Prosseguir o rito de análise da matéria, sem solicitar nota técnica à ANA.
     2. Solicitar à Secretaria Executiva do CNRH que providencie junto à ANA, a elaboração de nota técnica.
  5. A votação teve o seguinte resultado: quatro votos para o encaminhamento I, três votos para o encaminhamento II e três abstenções.
  6. A matéria foi apreciada, concluindo que os artigos 1º e 2º da Deliberação CEIVAP no 233/2016 não apresentam clareza quanto aos prazos de vigência estipulados. O prazo do Art. 1º se refere à manutenção dos 15%, enquanto que o Art. 2º, trata da vigência do novo percentual aprovado de 20%.
  7. Em observância ao item 2.6, foi elaborada minuta de Resolução com redação que facilita a compreensão da matéria.
  8. Ao final da análise pela CTCOB, a proposta de minuta de resolução foi colocada em votação e teve o seguinte resultado: seis votos a favor, um contra e três abstenções.

# Conclusão

* 1. Desta forma, a Câmara recomenda a aprovação, pelo Plenário do CNRH, da minuta anexa de Resolução, após análise pela CTIL.

Este é o parecer

Em, 06 de julho de 2016.